



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica
Direito Constitucional

Unidade curricular

Justiça Constitucional – TB

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Jaime Rui Drummond Leitão do Valle - 2 horas

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Pretende-se investigar o objecto da Justiça Constitucional, problematizando-o por referência a dois princípios fundamentais do Direito Constitucional: o da separação de poderes e o da efectividade dos direitos fundamentais, debatendo o fundamento, estatuto, atribuições e meios da jurisdição constitucional nesse contexto.

Conteúdos programáticos

1. O objecto da Justiça Constitucional
2. Justiça Constitucional e separação de poderes
3. Justiça Constitucional e efectividade dos direitos fundamentais

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

As principais instituições da Justiça Constitucional são deatids e contextualizados com os seus modelos e princípios fundamentais

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

As aulas até ao final de Dezembro serão de exposição e debate, iniciando-se em Janeiro as exposições dos alunos, em dois momentos para cada um deles: de um aresto de jurisprudência constitucional e do tema de investigação destinado à elaboração do relatório.

A avaliação centra-se na apreciação do relatório, ponderada com a apreciação das exposições efectuadas e da participação do alunos nas actividades lectivas.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

A exposição, problematização e debate dos principais aspectos da disciplina propõe-se habilitar os lunos com as ferramentas adequadas a uma investigação científica aprofundada dos mesmos

Bibliografia principal (portuguesa)

JORGE MIRANDA, Manual de Direito Constitucional, VI, 4.ª ed., Coimbra, 2013
CARLOS BLANCO DE MORAIS, Justiça Constitucional, I, 2.ª ed., Coimbra, 2006, e II, 2.ª ed., Coimbra, 2011
JORGE REIS NOVAIS, Sistema Português de Fiscalização da Constitucionalidade, Lisboa, 2017
JORGE REIS NOVAIS, Direitos Fundamentais e Justiça Constitucional, Lisboa, 2017
JORGE REIS NOVAIS, Direitos Sociais, Lisboa, 2017
FERNANDO ALVES CORREIA, Justiça Constitucional, Coimbra, 2016



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

MARIA BENEDITA URBANO, Curso de Justiça Constitucional, I, 2.^a ed., Coimbra, 2016
MARCELO REBELO DE SOUSA, O Valor Jurídico do Acto Inconstitucional, I, Lisboa, 1988
J. J. GOMES CANOTILHO, Direito Constitucional e Teoria da Constituição, 7.^a ed., Coimbra, 2003
RUI MEDEIROS, A Decisão de Inconstitucionalidade, Lisboa, 1999
JORGE PEREIRA DA SILVA, Dever de Legislar e Protecção Jurisdicional contra Omissões Legislativas, Lisboa, 2003
JORGE PEREIRA DA SILVA, Deveres do Estado de Protecção de Direitos Fundamentais, Lisboa, 2015